



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA - UFDPAr
CAMPUS MINISTRO REIS VELLOSO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

JOSÉ KLEBERSON QUEIROZ DA COSTA

A TRAJETÓRIA DA FAPAF NA PROMOÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Parnaíba - PI
2025

JOSÉ KLEBERSON QUEIROZ DA COSTA

A TRAJETÓRIA DA FAPAF NA PROMOÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas da Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAr, em cumprimento parcial das exigências para obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof^a. Dra. Maria de Fátima Vieira Crespo

Parnaíba - PI
2025

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Delta do Parnaíba

C837t Costa, José Kleberson Queiroz da
A trajetória da FAPAF na promoção da economia solidária
[recurso eletrônico] / José Kleberson Queiroz da Costa. – 2025.
53 f.

TCC (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade
Federal do Delta do Parnaíba, 2025.
Orientação: Profª. Dra. Maria de Fátima Vieira Crespo.

1. Agricultura familiar. 2. Comercialização direta. 3.
Empoderamento feminino. 4. Redes colaborativas. I. Título.

CDD: 338.1

JOSÉ KLEBERSON QUEIROZ DA COSTA

A TRAJETÓRIA DA FAPAF NA PROMOÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Monografia apresentada como exigência para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), Campus Ministro Reis Velloso, submetida à aprovação da banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Dra. Maria de Fátima Vieira Crespo

Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAr
(Orientadora)

Profa. Ma. Vera Beatriz Martins Bacelar

Universidade Federal do Delta do Parnaíba – UFDPAr

Profa. Ma. Francinalda Maria Rodrigues da Rocha

Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR

Parnaíba - PI
2025

AGRADECIMENTOS

Fruto de muitos custos de oportunidade, de muita luta, muita emoção e, principalmente, do apoio de muitos agentes transformadores, pude chegar até aqui. E é desta forma, que foi possível dar vida ao presente trabalho, aonde dedico meus agradecimentos primeiramente a Deus, por me permitir alcançar este feito e por me fazer lembrar de que nada é impossível para quem tem fé. Aos familiares que me cuidaram com muito carinho, pelo suporte, pelo incentivo ao estudo e por desejarem me ver ir além dos horizontes.

In memoriam, a minha avó paterna, que sinto profunda saudade de tomar café acompanhado de tapioca com coco, de comer das refeições gostosas que ela fazia e principalmente de pedir bençãos enquanto a ouvia falar fervorosamente “Deus lhe dê uma boa sorte, meu filho”. Que continue a me guiar e olhar por mim, de onde estiver.

Aos professores, pela imensa contribuição no meu processo de formação. Em especial à minha orientadora, Professora Fátima Crespo, pelo imenso acolhimento que deu para minha turma desde o início do curso, pelo privilégio de participar de uma iniciativa tão linda e rica de experiências de vida que é o “Programa Entrelaços”, pela contribuição na construção deste trabalho e pelas orientações fornecidas até o presente momento.

À Professora Vera Bacelar, por sempre instigar o senso de curiosidade, pelo estímulo ao senso crítico, por desejar que eu cresça para o mundo lá fora, por reforçar que eu devo comer verduras, pelo privilégio de fazer parte da minha banca avaliadora, pela leitura atenta do meu trabalho e suas contribuições valiosas.

Ao Professor Diego Pacheco, pelo valioso conhecimento repassado para além dos conteúdos abordados em sala de aula, por também estimular o senso crítico, pela referência profissional que eu busco me tornar e por instruir, através dos seus conhecimentos, que ficar na zona de conforto é mais arriscado do que sair dela.

Aos Professores Fábio Gama e Caio Azevedo, por reacenderem na graduação a paixão que tive durante minha formação técnica de informática no Ensino Médio pela programação através do RStudio, essencial para trabalhar com os dados utilizados neste estudo.

À Fram, por ensinar o que é representar, por me fazer compreender a importância das relações interpessoais, por ser escuta e ser voz durante minha participação como extensionista no Programa Entrelaços, por aceitar compor a minha banca avaliadora, pela leitura atenta e

pelas contribuições feitas para o trabalho.

Aos que foram e aos que são membros voluntários e feirantes do Programa Entrelaços, por tornarem às quartas-feiras os meus dias preferidos da semana nesse espaço de convivência de muitas relações, desde troca, saberes, habilidades e tempo. Em especial, às feirantes da FAPAF, por terem se voluntariado a contribuir com este estudo e por confiarem no meu trabalho durante minha participação.

À minha turma, pelo acolhimento, pela união e pelos bons momentos compartilhados nesses cinco longos anos que agora parecem ter passado em cinco segundos. Aos meus amigos, que de algum modo ocuparam um espaço único no coração.

Em especial, à Rebeca Dias, pelo incentivo constante em fazer exercícios físicos, pela importância da reciprocidade como via de mão dupla e pelos encontros sagrados na praia de muito sal e brisa do mar. Ao Glauber Leão, em virtude da sua profissão como psicólogo, pelos colírios aos meus ouvidos com as músicas que cantava, por fazer seu abraço ser a minha morada e pelos momentos em que a minha mente pedia por ajuda.

Ao Luccas Martins, pela figura de importância que ele tem pra mim e por compartilhar da visão de que devemos viver as coisas simples porque o melhor da vida reside nelas.

Ao meu grupo de estudos, cujas pessoas eu prezo muito pelo pleno estado de bem-estar em suas vidas. Em especial, À Ana Échilei e à Andrieli da Silva, por serem um pouco de tudo em suas formas mais expressivas de serem, pelo tempo de qualidade em diversas noites nos cantos da cidade como se fôssemos Paulo Gustavo, Ingrid Guimarães e Mônica Martelli, e por me fazerem falar “I’m so sorry” constantemente para todas as ocasiões em que o meu mínimo foi o meu máximo, porque independente dos altos e baixos, tudo nos foi progresso.

Por fim, ao Bruno Castro, por ser minha dupla da graduação, por me permitir aprender com ele ao mesmo tempo que aprende comigo, por sempre me apoiar e me incentivar, pelas conversas de bastante reflexão, pelos conselhos, pelas lições de vida, pela figura que tenho dele como o de um irmão mais velho, por ser um exemplo de inspiração para mim, por estimular meu gosto pela área de economia da mesma forma que a vê com muito entusiasmo e paixão, por me ensinar que o conhecimento liberta, e pelo presente trabalho ser uma extensão do nosso primeiro artigo juntos.

À todas as pessoas mencionadas aqui e todas as outras que passaram pela minha vida e permaneceram comigo, expresse minha profunda gratidão, por tudo e por tanto!

“Consagre ao Senhor tudo o que você faz
e os seus planos serão bem-sucedidos”

Provérbios 16:3

RESUMO

Este estudo analisa a trajetória da Feira de Artesanato e Produtos da Agricultura Familiar (FAPAF), com foco em sua contribuição para a sustentabilidade econômica das feirantes e na consolidação de práticas de autogestão vinculadas à Economia Solidária. A pesquisa adota uma abordagem qualiquantitativa, de natureza exploratória, com base no método de estudo de caso. A coleta de dados envolveu questionários semiestruturados aplicados às participantes e análise de planilhas financeiras produzidas no âmbito do Programa de Extensão “Entrelaços”, entre 2022 e 2024. Os resultados evidenciam que a adoção de ferramentas simples de gestão financeira como planilhas, aliada ao acompanhamento técnico dessa ferramenta, favoreceu o monitoramento coletivo das receitas e aprimoramento das práticas organizativas. Ao longo do tempo, a FAPAF consolidou-se como um espaço de comercialização direta, inclusão produtiva e fortalecimento de redes solidárias, ainda que enfrente limitações estruturais, como dificuldades de transporte e ausência de assessoria técnica continuada na produção. Conclui-se que a sustentabilidade da feira depende da integração entre formação interna, apoio institucional e diversificação dos canais de venda.

Palavras chave: Agricultura familiar; empoderamento feminino; redes colaborativas; comercialização direta.

ABSTRACT

This study analyzes the trajectory of the Handicraft and Family Farming Products Fair (FAPAF), focusing on its contribution to the economic sustainability of the female participants and the consolidation of self-management practices linked to the Solidarity Economy. The research adopts a qualitative-quantitative, exploratory approach, based on the case study method. Data collection involved semi-structured questionnaires applied to the participants and the analysis of financial spreadsheets produced within the scope of the "Entrelaços" Extension Program, between 2022 and 2024. The results show that the adoption of simple financial management tools such as spreadsheets, combined with technical support for their use, favored collective monitoring of income and improvement of organizational practices. Over time, FAPAF has established itself as a space for direct sales, productive inclusion, and the strengthening of solidarity networks, although it still faces structural limitations, such as transportation difficulties and lack of ongoing technical assistance in production. It is concluded that the fair's sustainability depends on the integration of internal training, institutional support, and diversification of sales channels.

Keywords: Family farming; female empowerment; collaborative networks; direct marketing.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADROS

Quadro 1 - Descrição das Variáveis Analisadas no Estudo	25
Quadro 2 - Diversidade dos Produtos Comercializados	39

FIGURAS

Figura 1- Linha do Tempo do Grupo FAPAF	30
Figura 2 - Logomarca da FAPAF	32
Figura 3 - Realização da Feira no Hall do Auditório Central da UFDPAr	36

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução das Receitas da FAPAF	40
Gráfico 2 - Evolução da Receita Média Mensal da FAPAF	42
Gráfico 3 - Evolução da Receita Média Anual da FAPAF	43
Gráfico 4 - Evolução da Quantidade de Clientes por Feira	45
Gráfico 5 - Evolução do Gasto Médio por Cliente	46

LISTA DE SIGLAS

BCDs	Bancos Comunitários de Desenvolvimento
CIA	Comissão Ilha Ativa
EES	Empreendimentos de Economia Solidária
EFS	Empreendimentos Financeiros Solidários
ESS	Economia Social e Solidária
FAPAF	Feira de Artesanato e de Produtos da Agricultura Familiar
IES	Instituição de Ensino Superior
PI	Piauí
UESPI	Universidade Estadual do Piauí
UFDPAr	Universidade Federal do Delta do Parnaíba
UFPI	Universidade Federal do Piauí

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	REVISÃO DE LITERATURA	17
2.1	Economia Solidária	17
2.2	Feiras livres de Economia Solidária.....	19
2.3	Gestão financeira.....	21
3	METODOLOGIA	24
4	PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS FEIRANTES, EVOLUÇÃO DA FAPAF E A ADOÇÃO DE PRÁTICAS DE GESTÃO FINANCEIRA	27
4.1	Perfil socioeconômico, desafios e práticas de gestão	27
4.2	Linha do tempo: trajetória da FAPAF	29
4.2.1	Início.....	30
4.2.2	FAPAF.....	31
4.2.3	UESPI.....	32
4.2.4	Feira Virtual.....	33
4.2.5	Mercado de Fátima	35
4.2.6	UFDFPar.....	36
4.3	Análise das planilhas financeiras e evolução econômica	37
5	CONCLUSÃO	48
	REFERÊNCIAS	50

1 INTRODUÇÃO

As feiras agroecológicas se destacam dentro do movimento da Economia Solidária como espaços concretos de resistência e transformação, proporcionando um ambiente onde agricultores familiares e pequenos produtores podem comercializar produtos cultivados de maneira sustentável, livre de agrotóxicos e adubos sintéticos. Além de serem pontos de venda direta para consumidores conscientes, as feiras agroecológicas fomentam relações comerciais baseadas na cooperação e na valorização dos produtos locais (Miranda; Wegner; Dias, 2024).

É neste cenário que se insere a Feira de Artesanato e de Produtos da Agricultura Familiar (FAPAF), que foi criada em meados de 2014 com o propósito de fortalecer a agricultura familiar e promover a segurança alimentar através da comercialização de produtos agroecológicos. A FAPAF surgiu como uma iniciativa para apoiar famílias de agricultores, pescadores e artesãos residentes em Parnaíba e Ilha Grande, municípios do litoral piauiense (Souza *et al.*, 2016).

O grupo da FAPAF foi formado através de um esforço colaborativo entre a Organização Não- Governamental Comissão Ilha Ativa (CIA) e as universidades locais, como a Universidade Federal do Piauí (UFPI), atualmente Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), e a Universidade Estadual do Piauí (UESPI), através do Núcleo de Estudos em Agroecologia Cajuí. Inicialmente, a feira acontecia todas as terças-feiras pela manhã no estacionamento da UESPI, proporcionando um espaço para a comercialização direta entre produtores e consumidores (Souza *et al.*, 2016).

Contudo, com o surgimento da pandemia de COVID-19 em março de 2020, a feira teve que se adaptar rapidamente para continuar gerando ocupação e renda para as famílias envolvidas. Assim, a FAPAF inovou ao implementar um modelo virtual: os feirantes começaram a listar seus produtos e divulgá-los através de perfil próprio no Instagram e de linhas de transmissão no WhatsApp formado com os clientes. A logística de entrega foi reorganizada para que os clientes pudessem fazer suas compras e retirar os produtos em um ponto de coleta centralizado, mantido por uma das feirantes, que organizava as cestas de produtos de todas as participantes. Com o retorno presencial das atividades em 2022, a FAPAF passa a ocorrer semanalmente na UFDPAr, juntamente com a feira “Laços da Cidadania” que já ocorria quinzenalmente na IES, coordenada por docente do curso de ciências econômicas e tendo a gestão acompanhada por ação de Extensão dos estudantes de economia que implantaram sistema de gestão financeira e acompanhamento especializado.

Deste modo, o estudo é justificado pela relevância de compreender os processos de organização coletiva e gestão econômica da FAPAF no contexto da Economia Solidária. Ao analisar esses processos, o trabalho oferece uma contribuição significativa para o entendimento de como feiras agroecológicas podem promover a melhoria das condições econômicas de seus participantes e identificar como a utilização de ferramentas de gestão financeira, como planilhas, pode impactar a organização econômica da feira, além de fornecer subsídios e iniciativas importantes que visem a inclusão social e o fortalecimento da Economia Solidária.

Diante desse contexto, o estudo busca responder o seguinte questionamento: como a trajetória organizativa da FAPAF influenciou a sustentabilidade econômica e a capacidade de autogestão das feirantes?

Para responder a esse questionamento, o presente trabalho tem como objetivo geral conhecer a trajetória organizativa da FAPAF e sua influência na sustentabilidade econômica e a capacidade de autogestão das feirantes. Especificamente, propõe-se levantar o perfil socioeconômico dos feirantes, identificando características importantes sobre sua inserção no circuito curto de comercialização. Posteriormente, sugere-se traçar uma linha do tempo detalhada da FAPAF, desde sua fundação até o cenário atual, mapeando as principais mudanças e desafios enfrentados pelo grupo. Por fim, a análise da evolução econômica da feira será realizada a partir de dados históricos presentes em planilhas financeiras, a fim de observar as transformações ocorridas no contexto de gestão de receitas e pagamentos.

Postula-se que, desde a criação da FAPAF em 2014, o perfil econômico e socioeconômico das feirantes passou por mudanças significativas, especialmente em resposta às transformações sociais, econômicas e ambientais da região de Parnaíba e Ilha Grande, no Piauí. A adoção de novas práticas de gestão financeira, impulsionada pela necessidade de adaptação às crises, como a pandemia de COVID-19, e o fortalecimento da feira como um espaço de inclusão econômica, pode ter contribuído para uma melhora nas condições econômicas e maior estabilidade financeira das feirantes. Espera-se que os participantes que utilizam ferramentas de monitoramento financeiro, como planilhas, apresentem melhores resultados econômicos e maior capacidade de adaptação a desafios futuros.

Além da introdução, o trabalho está dividido em quatro capítulos. O segundo capítulo apresenta a revisão de literatura, abordando os fundamentos conceituais sobre Economia Solidária, feiras livres e gestão financeira. No terceiro capítulo, são explicitados os procedimentos metodológicos adotados para a construção da pesquisa. O quarto capítulo reúne

os resultados, divididos em três seções: o perfil socioeconômico das feirantes, desafios enfrentados e práticas de gestão; a linha do tempo do grupo FAPAF; e a análise das planilhas financeiras e da evolução econômica da feira entre 2022 e 2024. Por fim, o quinto capítulo reúne as conclusões do estudo.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Economia Solidária

A Economia Social e Solidária é apresentada como uma alternativa para enfrentar a marginalização de grupos sociais em situação de fragilidade econômica, por meio de formas coletivas de organização do trabalho, com base na cooperação e na autogestão. Apesar de, em linhas gerais e dentro de uma perspectiva ocidental, haver afinidade entre os princípios da ESS e os fundamentos do trabalho digno, essas ideias nem sempre se concretizam nas rotinas e estruturas dessas iniciativas (Vaccaro; Pereira; Parente, 2023).

A Economia Social se originou na Europa no século XIX como uma resposta reformista às desigualdades do capitalismo, estruturando-se em cooperativas, associações e fundações voltadas à prestação de serviços com gestão democrática, mas frequentemente dependentes do Estado e ligadas a políticas assistenciais. Já a Economia Solidária tem caráter mais transformador e autogestionário, priorizando a emancipação dos trabalhadores, a organização coletiva e a ruptura com a lógica do capital, buscando autonomia em relação ao mercado e ao Estado (Vaccaro; Pereira; Parente, 2023; Silva, 2025).

De acordo com Silva (2023), a Economia Solidária surge como um mecanismo alternativo diante da falência do mercado formal em garantir trabalho e renda para todos, permitindo interpretá-la como uma forma de resistência ativa da população marginalizada que, em vez de permanecer passiva frente à exclusão, cria formas próprias de inserção econômica baseadas na coletividade, rompendo com a lógica do capital e da competitividade individual.

Para Laville (2009), a Economia Solidária se configurou como uma saída prática para os impasses gerados pelo esgotamento do modelo de crescimento sustentado pós-Segunda Guerra. A partir da década de 1970, com o aumento do desemprego estrutural e a incapacidade das instituições tradicionais como sindicatos e mecanismos de negociação coletiva de atender às novas demandas sociais, surgiram formas organizativas que buscavam conciliar produção econômica com inclusão social e participação cidadã.

A falência dos mecanismos tradicionais de regulação, historicamente sustentados pela relação assalariada formal, abre espaço para o surgimento de alternativas organizacionais que articulam recursos estatais, de mercado e formas não monetárias de colaboração, como o trabalho voluntário. Essa hibridação de fontes de recursos é apontada como uma das principais

características das iniciativas de Economia Solidária (França Filho, 2001).

Singer (2002) contribui no campo da Economia Solidária ao desconstruir a ideia de que a desigualdade e a competição seriam fenômenos naturais ou inevitáveis, apontando que tais características são resultado de escolhas históricas, construídas a partir da forma como a sociedade organiza suas atividades produtivas. Nesse contexto, o autor identifica o capitalismo como um modo de produção cuja base está na propriedade privada dos meios de produção e na consequente divisão social entre proprietários e trabalhadores assalariados, o que, por sua lógica interna, produz desigualdade estrutural e competição generalizada.

Laville (2009) contextualiza o surgimento de experiências autogestionárias como uma resposta direta à alienação dos trabalhadores em relação aos processos de decisão nas empresas, onde o trabalho mecanizado e à separação rígida entre concepção e execução levou parte da classe trabalhadora a buscar formas mais horizontais de gestão. Essa tentativa de democratizar os espaços produtivos representava não apenas uma alternativa econômica, mas uma contestação direta ao modo como o poder era distribuído dentro das estruturas empresariais.

A autogestão, ao se contrapor à lógica hierárquica e centralizadora da heterogestão típica das empresas capitalistas, busca democratizar os processos decisórios e distribuir o poder entre os próprios trabalhadores, representando uma ruptura política com a tradicional separação entre concepção e execução do trabalho. No entanto, a efetivação da autogestão enfrenta desafios como a desmobilização, a concentração informal de poder e a falta de formação democrática, evidenciando que a construção de uma cultura autogestionária é um processo contínuo de disputa e aprendizado coletivo (Singer, 2002; Laville, 2009).

Singer (2002) também defende a necessidade de um papel ativo do Estado como agente redistributivo, utilizando instrumentos como impostos, subsídios e linhas de crédito para evitar que desigualdades se tornem cumulativas e comprometam o equilíbrio social, argumentando que mesmo em um cenário onde todas as organizações fossem pautadas pelos princípios da Economia Solidária, inevitavelmente haveria diferenças de desempenho entre os empreendimentos em função de fatores diversos, como a capacidade de gestão, condições externas e acasos de mercado.

No entanto, frente a essa necessidade defendida por Singer (2002), há o desafio de construir políticas de apoio que fortaleçam a capacidade autônoma das organizações populares, pois atribui-se o risco de que políticas públicas e ONGs, mesmo bem-

intencionadas, acabem criando relações de dependência ou tutela sobre os empreendimentos solidários, dificultando a autonomia dos trabalhadores (Gaiger, 2004).

Gaiger (2004) explora os diferentes fatores que influenciaram o surgimento e a consolidação dos empreendimentos de Economia Solidária na década de 1990, especialmente no Brasil, apontando que esse crescimento resultou da interação de condições macroestruturais, como mudanças no padrão global de acumulação capitalista, reestruturação produtiva, desemprego em massa e transformações políticas, incluindo o colapso das experiências socialistas e o novo posicionamento de partidos de esquerda no poder.

A maioria dos Empreendimentos de Economia Solidária (EES) estão situados em áreas rurais, com forte presença da agricultura familiar e de práticas de cooperação que têm raízes históricas. As associações são a forma mais comum de organização nesses territórios, viabilizando o uso coletivo de recursos e fortalecendo a comercialização. Nas zonas urbanas, predominam os grupos informais, geralmente voltados à produção de bens como resposta à precarização do trabalho e à insuficiência de renda. As cooperativas, por sua vez, apresentam maior estruturação e concentram-se nas áreas urbanas, com melhores indicadores de desempenho econômico e de gestão democrática (Gaiger; Kuyven, 2019).

Nesse contexto, os EES, ao adotarem princípios como a autogestão, a cooperação e a valorização da produção local, buscam tanto reorganizar o trabalho e a produção, como também encontrar formas alternativas de inserção. Uma das estratégias adotadas por esses empreendimentos é a comercialização direta de seus produtos, evitando intermediários e fortalecendo o vínculo entre produtores e consumidores. Essa prática tem contribuído para a consolidação de espaços coletivos de comercialização, como as feiras livres de Economia Solidária, que se estruturam como canais acessíveis de escoamento da produção, ao mesmo tempo em que reforçam os valores de proximidade, confiança mútua e justiça nas relações econômicas (França Filho; Lavelle, 2004).

2.2 Feiras livres de Economia Solidária

As feiras livres, em grande maioria ecológicas, são apresentadas como uma alternativa concreta frente à crescente concentração e automatização dos sistemas de distribuição de alimentos nas grandes redes varejistas, oferecendo um modelo baseado em relações interpessoais, preços negociados e produtos com menor nível de industrialização (Godoy; Anjos, 2007).

Ao funcionar como um movimento de reocupação social dos espaços públicos, antes vistos como locais de lazer ou circulação, e também como um circuito curto de comercialização que permite o escoamento direto da produção, sem intermediários, as feiras livres favorecem a permanência desses produtores no campo, com a inserção sendo feita por meio de uma lógica de proximidade, onde os vínculos sociais se sobrepõem às estruturas comerciais tradicionais (Godoy; Anjos, 2007; Leite; Teles, 2019).

O estudo realizado por Silva *et al.* (2025) sobre a Economia Solidária em Lages (SC) destaca o município por sua tradição agrícola, com forte presença da agricultura familiar. A organização do setor tem crescido desde a primeira feira estadual em 2001, culminando na criação de políticas públicas específicas. As feiras locais abrangem principalmente atividades agrícolas, seguidas de artesanato e produção de alimentos diferenciados, com participação significativa de mulheres, corroborando achados de outras regiões do país. Entretanto, observa-se um perfil envelhecido e baixa escolaridade entre os feirantes, indicando a necessidade de iniciativas de capacitação direcionadas a esse grupo.

Rodrigues (2021) apresenta uma proposta de promoção do desenvolvimento socioeconômico nos bairros periféricos de Santa Maria (RS) por meio da realização de feiras de Economia Solidária, destacando a importância da ocupação dos espaços públicos pelas comunidades locais como uma forma de estimular o sentimento de pertencimento, fortalecer vínculos comunitários e incentivar a conservação urbana. A autora também sublinha que a sustentabilidade da proposta depende de uma articulação multissetorial envolvendo Prefeitura, universidades, escolas, entidades da sociedade civil e moradores do município.

Segundo Leite e Teles (2019), as feiras agroecológicas de Recife enfrentam um conjunto de desafios que vão desde a limitação na diversidade de produtos comercializados até a precariedade das condições de infraestrutura e transporte. Os autores destacam que a ausência de certificação orgânica formal faz com que a comercialização se baseie na confiança construída entre produtores e consumidores.

As limitações logísticas, agravadas pelas restrições de circulação de veículos adaptados, também são apontadas como um dos principais entraves para a sustentabilidade econômica das feiras, pois é custeado diretamente pelos próprios agricultores, que, em sua maioria, não dispõem de veículos próprios efeitos indiretos sobre a frequência, a quantidade e até a qualidade dos produtos levados para comercialização. Em alguns casos, a distância entre o local de produção e o ponto de venda, aliada ao custo elevado do transporte, inviabiliza

a participação contínua de agricultores que não conseguem arcar com esse ônus ou garantir o cumprimento das exigências de deslocamento urbano (Leite; Teles, 2019).

O estudo de Maioli-Azevedo e Fonseca-Kruel (2007) traz uma importante reflexão sobre o papel ampliado que as feiras livres assumem nas dinâmicas econômicas e sociais urbanas, especialmente no Rio de Janeiro. Embora tradicionalmente associadas ao comércio de alimentos, essas feiras se revelam também como espaços de circulação de produtos com finalidades medicinais e ritualísticas, funcionando como um elo entre o saber tradicional e a população urbana. No entanto, a pesquisa também evidencia que aproximadamente um quinto dos entrevistados obtém suas plantas diretamente de áreas naturais, reforçando uma dinâmica extrativista (Maioli-Azevedo; Fonseca-Kruel, 2007). Essa prática, especialmente quando ocorre em biomas sensíveis como a Mata Atlântica, pode comprometer a sustentabilidade ambiental, uma vez que a coleta desregrada, inclusive em unidades de conservação, exerce pressão sobre espécies vegetais e reduz a biodiversidade local (Azevedo; Silva, 2006).

Apesar disso, as feiras funcionam como um ponto de encontro onde diferentes saberes circulam, uma vez que tanto o consumidor aprende com os produtores, como também há uma rica troca entre os próprios agricultores. Desde técnicas de cultivo, estratégias de comercialização e soluções para problemas comuns, os saberes são frequentemente compartilhados, gerando um processo contínuo de aprendizagem e inovação social (Godoy; Anjos, 2007).

Além de espaços de comercialização e fortalecimento dos vínculos comunitários, as feiras livres de Economia Solidária exigem dos empreendimentos participantes uma organização interna que vá além da produção. A sustentabilidade dessas iniciativas está diretamente associada à capacidade de planejamento e monitoramento financeiro dos grupos envolvidos, se tornando fundamental compreender como se estrutura a gestão financeira no interior das organizações solidárias, considerando seu caráter participativo e os desafios impostos pelas dinâmicas autogestionárias (Singer, 2002).

2.3 Gestão financeira

A gestão nas organizações da Economia Solidária é atravessada por processos de negociação coletiva, baseados em vínculos comunitários, reciprocidade e construção de sentido entre os participantes. Nesse contexto, a gestão financeira adquire caráter político, exigindo práticas deliberativas que articulem interesses diversos, promovam o acesso à informação e garantam a legitimidade das decisões por meio do envolvimento ativo dos membros (Andion,

2005).

O levantamento realizado por Silva (2017) revela que a assembleia geral se configura como a principal instância de deliberação nos Empreendimentos Financeiros Solidários (EFS), forma organizacional baseada na autogestão e na cooperação para a oferta de serviços financeiros a grupos populares, sendo mencionada por quase a totalidade dos entrevistados no estudo. As assembleias representam o principal instrumento de exercício da democracia interna, ao viabilizarem o acesso igualitário às informações estratégicas e a participação nas decisões relevantes, além de constituírem espaços fundamentais para a transparência da gestão, a prestação de contas e o debate coletivo sobre os assuntos que impactam diretamente o empreendimento.

Embora as assembleias gerais sejam apontadas como a principal instância de deliberação nos EFS, sua existência formal não garante, por si só, a efetividade da participação coletiva na gestão financeira. A autogestão, nesse contexto, se revela menos como uma condição estabilizada e mais como um processo contínuo e permanentemente em disputa. Segundo o estudo de Silva (2020), os dados sobre os principais desafios enfrentados pelos EFS evidenciam essa tensão: a efetivação da participação, a manutenção da coesão do grupo e o estímulo à politização dos sócios são apontados como questões recorrentes e ainda não plenamente resolvidas, indicando que mesmo dispondo de instrumentos formais de deliberação, os empreendimentos ainda enfrentam obstáculos estruturais e culturais para transformar esses espaços em ambientes de decisão efetiva e estratégica sobre questões financeiras do coletivo.

Essa contradição entre a existência formal de instâncias deliberativas e a efetividade da participação não se limita aos EFS, mas se manifesta também em outras experiências de finanças solidárias, como os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs). Um levantamento realizado por Leal, Rigo e Andrade (2016) sobre os BCDs do Nordeste brasileiro revela que, embora a maior parte dessas instituições conte com Conselhos Gestores e Comitês de Análise de Crédito, compostos por representantes da comunidade, lideranças locais e parceiros institucionais, ainda existem fragilidades significativas na mobilização e capacitação dos participantes, muitas vezes restrita a poucos atores mais engajados, evidenciando a necessidade de investimentos contínuos em formação política e fortalecimento da gestão democrática.

O uso de ferramentas simples, como planilhas, tem um efeito pedagógico e organizacional significativo, uma vez que viabilizam o aprendizado coletivo sobre gestão

financeira e contribuem para o fortalecimento da autonomia das mulheres agricultoras. Nesse contexto, a planilha, além de uma tecnologia de monitoramento, é também uma prática formativa inserida na lógica da Economia Solidária, na qual a transparência, a prestação de contas e o debate sobre os rumos do empreendimento tornam-se possíveis (Alves *et al.*, 2024).

3 METODOLOGIA

O presente trabalho adota uma abordagem quali-quantitativa de natureza exploratória, voltada à compreensão aprofundada dos processos organizativos, das transformações institucionais e das práticas de gestão financeira desenvolvidas no âmbito da FAPAF, com ênfase na análise da sua trajetória histórica e na consolidação de práticas autogestionárias vinculadas à Economia Solidária. O enfoque quali-quantitativo é adequado quando se busca articular evidências empíricas mensuráveis com aspectos interpretativos da realidade social, oferecendo um quadro analítico mais completo (Minayo, 2001).

A investigação baseia-se no método do estudo de caso, que permite a análise aprofundada de uma unidade empírica específica em seu contexto real. O estudo de caso é apropriado quando se pretende investigar fenômenos contemporâneos em profundidade, especialmente quando os limites entre o objeto de estudo e seu contexto não estão claramente definidos (Yin, 2001). No presente trabalho, a FAPAF é tratada como um caso particular de experiência em Economia Solidária, dotada de dinâmicas próprias, mas representativa de arranjos produtivos similares presentes em contextos de agricultura familiar e autogestão.

A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de questionários semiestruturados às três feirantes que participam da FAPAF atualmente. Quanto a escolha desse número de participantes, deve-se ao fato de que, até o momento da realização da pesquisa, apenas três mulheres mantêm participação contínua nas atividades da feira. As três entrevistadas estão envolvidas desde os períodos iniciais da FAPAF, o que permite acompanhar a evolução organizativa e financeira da feira sob uma perspectiva longitudinal. A escolha pela aplicação de questionários buscou aliar a flexibilidade na condução das entrevistas à possibilidade de sistematização posterior das informações, assegurando a coleta de dados comparáveis sobre variáveis como perfil socioeconômico, práticas de comercialização, desafios enfrentados, processos de aprendizagem e formas de gestão financeira.

Complementarmente, foi realizada uma análise documental das planilhas financeiras elaboradas no contexto do projeto de Extensão universitária “Laços da Solidariedade” implantado em 2022 e que posteriormente se fundiu com o projeto “Laços da Cidadania” para compor o Programa de Extensão “Entrelaços”, implantado a partir de 2023. Essas planilhas, sistematizadas com o apoio de estudantes do curso de Ciências Econômicas, registram dados detalhados sobre os produtos comercializados, número de clientes por feira e receitas por modalidade, dividida em presencial e virtual. Esse conjunto documental foi utilizado como

fonte primária para a construção de indicadores econômicos e para a análise evolutiva do desempenho da feira ao longo do tempo.

Essa integração foi orientada por categorias analíticas próprias da Economia Solidária, como autogestão, cooperação, fundo rotativo solidário, circuito curto de comercialização e relações de reciprocidade.

Com o intuito de organizar e apresentar os elementos empíricos da pesquisa, o Quadro 1 sistematiza as variáveis analisadas ao longo do estudo, bem como suas respectivas descrições. As variáveis foram definidas a partir dos objetivos do trabalho e dos dados obtidos por meio dos questionários aplicados e da análise das planilhas financeiras. Elas contemplam tanto os aspectos socioeconômicos das participantes quanto os indicadores operacionais e financeiros da feira, oferecendo uma base estruturada para a análise integrada das dimensões qualitativas e quantitativas da investigação.

Quadro 1 - Descrição das Variáveis Analisadas no Estudo

Variável	Descrição
Idade das feirantes	Faixa etária das participantes da FAPAF, utilizada para caracterizar o perfil socioeconômico.
Escolaridade	Nível de escolaridade das feirantes, indicando o acesso à educação formal.
Número de dependentes	Quantidade de pessoas no núcleo familiar, refletindo a carga de responsabilidade doméstica e social.
Atividade principal	Ocupação predominante das participantes, contextualizando a base produtiva.
Fonte de renda principal	Identificação da principal origem de renda.
Desafios relatados	Principais dificuldades enfrentadas na participação na feira.
Conhecimento sobre gestão financeira	Grau de familiaridade com práticas de monitoramento financeiro antes e após a implantação das planilhas.
Ferramentas de gestão utilizadas	Tipo de instrumentos utilizados para o acompanhamento de receitas e despesas.
Participação em fundo rotativo solidário	Existência e uso do fundo coletivo entre as feirantes.
Produtos comercializados	Diversidade e frequência de produtos ofertados na feira.
Receita média mensal	Soma das receitas obtidas a cada mês com as vendas da feira.
Receita média anual	Soma das receitas obtidas a cada ano com as vendas da feira.
Receita por modalidade	Comparação entre as receitas obtidas.
Número de clientes por feira	Número de consumidores atendidos em cada edição da feira.
Gasto médio por cliente	Gasto médio individual dos consumidores por edição da feira.

Fonte: Elaboração própria, 2025.

Quanto ao tratamento dos dados, a análise quantitativa foi realizada com o uso do software R, que viabilizou a organização dos dados financeiros, a geração de representações

gráficas e a extração de tendências relacionadas à evolução das receitas, da receita média, da frequência de clientes e o gasto médio dos clientes.

Os dados qualitativos, por sua vez, foram analisados a partir do método de análise de conteúdo temática, com base nos relatos das feirantes obtidos por meio dos questionários semiestruturados. As respostas foram tabuladas em planilhas Excel e organizadas em categorias analíticas, permitindo a identificação de padrões recorrentes, mudanças no perfil socioeconômico das participantes e transformações nas práticas de autogestão ao longo do tempo.

Cabe ressaltar que a pesquisa respeitou os princípios éticos de confidencialidade, autonomia e consentimento informado. As participantes foram previamente informadas sobre os objetivos do estudo, tendo autorizado voluntariamente o uso das informações fornecidas para fins acadêmicos.

Por fim, o recorte temporal da pesquisa abrange o período de 2014, ano de criação da FAPAF, até 2024, cabendo ressaltar que a feira passou a ser acompanhada sistematicamente por meio do projeto de Extensão universitária na UFDPAr a partir de julho de 2022. Esse recorte permite a observação longitudinal dos impactos acumulados da adoção de práticas de gestão, da atuação institucional e das estratégias de comercialização sobre a sustentabilidade da feira e a autonomia econômica de suas participantes. Os dados das planilhas referentes ao ano de 2025 não foram considerados por se tratar de um ano em andamento até o momento do presente estudo.

Cabe salientar que as feiras são realizadas mensalmente de acordo com o calendário institucional da UFDPAr, mas para fins de visualização gráfica dos dados, optou-se por agrupar as observações em recortes trimestrais ao longo da série histórica analisada. Essa decisão metodológica decorre da limitação observada na legibilidade do gráfico quando os dados eram exibidos mês a mês, o que comprometia a clareza das tendências gerais e dificultava a identificação de padrões de variação ao longo do tempo. Ao consolidar os dados por trimestre, preserva-se a coerência temporal das informações, ao mesmo tempo em que se garante uma representação visual mais limpa e interpretável, compatível com os objetivos analíticos do estudo.

4 PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS FEIRANTES, EVOLUÇÃO DA FAPAF E A ADOÇÃO DE PRÁTICAS DE GESTÃO FINANCEIRA

Neste capítulo, será apresentado e discutidos os principais achados empíricos da pesquisa, com base nos dados coletados por meio de questionários aplicados às feirantes da FAPAF e na análise documental das planilhas financeiras sistematizadas no âmbito do Programa de Extensão “Entrelaços”. Inicialmente, será traçado o perfil socioeconômico das participantes, identificando aspectos como idade, escolaridade, fonte de renda, principais desafios enfrentados e práticas de gestão financeira adotadas. Em seguida, será reconstruída a trajetória organizativa da FAPAF a partir de uma linha do tempo que abrange desde sua fundação, em 2014, até sua consolidação recente no campus da UFDPAr, destacando os distintos contextos institucionais, operacionais e territoriais que moldaram sua evolução. Por fim, serão analisados os dados financeiros referentes às receitas, produtos comercializados e comportamento do consumo ao longo do tempo, a fim de compreender as transformações econômicas da feira em diálogo com a adoção de ferramentas simples de acompanhamento, como planilhas.

4.1 Perfil socioeconômico, desafios e práticas de gestão

A partir dos dados obtidos na aplicação de questionários com as participantes, observa-se um padrão marcante na trajetória de inserção das mulheres na FAPAF e no modo como as práticas de gestão financeira foram sendo incorporadas e adaptadas ao longo do tempo, refletindo o entrelaçamento entre condições socioeconômicas, processos de organização coletiva e mediações institucionais, que são centrais na abordagem da Economia Solidária.

As três participantes possuem idade superior a 45 anos, escolaridade até o ensino fundamental incompleto e vivem em contextos familiares numerosos entre seis a oito pessoas. Suas ocupações principais, que são a agricultura e a pesca, as inserem diretamente em sistemas produtivos de base familiar, de pequena escala e fortemente dependentes de fatores naturais e institucionais. Duas delas são aposentadas e complementam sua renda com a feira, enquanto a terceira, por não dispor dessa proteção previdenciária, vê na feira sua principal fonte de sustento, o que reforça a centralidade da comercialização direta no circuito curto.

Quando questionadas sobre os principais desafios apontados, destaca-se de forma unânime a questão do transporte, em que a dificuldade de locomoção para a feira, seja pelo custo do combustível, aluguel de veículos ou ausência de infraestrutura pública adequada,

aparece como uma barreira estrutural à participação contínua e sustentável das feirantes. A superação parcial dessa limitação tem se dado historicamente por meio de parcerias com instituições públicas, como a UESPI e a UFDPAr, que forneceram apoio logístico, técnico e, em alguns casos, auxílio com transporte.

Outro ponto comum entre as entrevistadas refere-se à falta de assessoria técnica na produção, que inicialmente foi presente graças a parcerias e universidades que deram apoio à FAPAF, mas que foi sendo descontinuada com o passar do tempo, comprometendo a qualidade, a diversificação e a escala da produção. A ausência de suporte agrônômico e de manejo adequado de insumos e solos evidenciam um gargalo na continuidade das atividades produtivas, sobretudo frente à instabilidade climática e à escassez de adubo, que foram relatadas como dificuldades recentes.

No que diz respeito sobre a gestão financeira durante a atuação na UESPI e agora na UFDPAr, as respostas revelaram um processo de aprendizado e transformação ao longo dos anos. Inicialmente, as anotações e prestações de contas eram feitas de forma manual, em cadernos, pelas próprias feirantes ou parceiros externos, o que gerava erros frequentes e atrasos nos pagamentos, além de limitar a capacidade de avaliação da viabilidade econômica da feira.

Com a transição para o uso de planilhas e registros digitais, especialmente a partir da atuação do Programa Entrelaços na UFDPAr, observou-se uma melhoria significativa na acurácia dos dados, na rapidez da conferência de contas e na transparência do processo, em que as feirantes relatam que passaram a entender melhor os fluxos financeiros da feira. No entanto, cabe destacar que essa transformação tem se apoiado fortemente na presença contínua de estudantes universitários voluntários, que atuam diretamente na organização dos registros, na operação das planilhas e na sistematização dos dados. Na ausência de um processo formativo estruturado que permita a autonomia plena das feirantes na gestão financeira, sugere-se que em caso de descontinuidade desse suporte, há risco de fragilização das práticas de autogestão da feira.

Ainda nesse aspecto digital, a pandemia de COVID-19 impôs uma adaptação que envolveu a venda dos produtos em sistema de entrega ou ponto de coleta, bem como a transferência das anotações para um modelo virtual. Apesar das dificuldades, essa mudança permitiu a continuidade da comercialização e reforçou o papel de agentes organizadores da rede solidária no enfrentamento da crise.

Ao serem questionadas sobre o fundo rotativo solidário, todas as participantes

reconhecem a sua existência e relevância. Os relatos indicam que o fundo tem sido utilizado para situações emergenciais como despesas médicas, aquisição de sementes ou recuperação de perdas produtivas, e é mantido por meio de descontos mensais sobre a renda das feirantes.

Quando questionadas sobre o conhecimento que tinham dos produtos vendidos antes da adoção das planilhas, as participantes realizavam o acompanhamento das vendas de forma empírica, anotando em casa os produtos levados e comparando com os que retornavam, o que permitia ter alguma visória individual, mas limitava a capacidade de avaliação detalhada da performance comercial. Após a implantação das planilhas, passou a haver uma verificação sistemática dos produtos levados, vendidos e excedentes, facilitando a avaliação individual das vendas e contribuindo para um monitoramento mais rigoroso da performance comercial, o que aponta para uma maior profissionalização da gestão, mesmo em um contexto de economia informal e autogestionada.

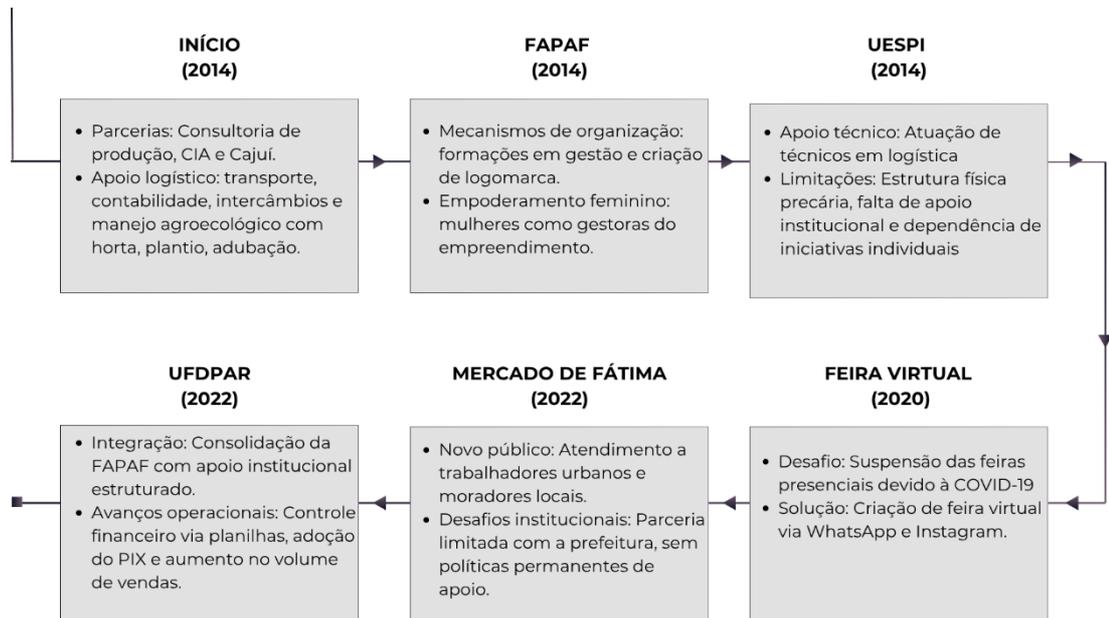
Os dados qualitativos obtidos através da aplicação de questionários mostram que a evolução do perfil socioeconômico das feirantes da FAPAF está fortemente associada à consolidação de práticas de gestão financeira mais organizadas e participativas. Essa evolução, no entanto, não ocorreu de forma linear nem espontânea, uma vez que ela foi condicionada à presença de apoios institucionais, à capacidade organizativa do grupo e à existência de mecanismos solidários como o fundo rotativo.

4.2 Linha do tempo: trajetória da FAPAF

Com o intuito de apresentar de forma sintética a trajetória organizativa da FAPAF ao longo do tempo, a Figura 1 sistematiza os principais marcos e transformações vivenciadas pelo grupo desde sua criação, em 2014, até sua consolidação mais recente em 2022.

A linha do tempo evidencia os diferentes contextos institucionais, operacionais e territoriais nos quais a feira foi se desenvolvendo, articulando momentos de experimentação, reorganização e fortalecimento coletivo, oferecendo uma visão panorâmica dos processos que serão aprofundados nas subseções seguintes, em que cada fase será analisada com base em seus desafios, aprendizados e estratégias de sustentação no interior dos princípios da Economia Solidária.

Figura 1- Linha do Tempo do Grupo FAPAF



Fonte: Elaboração própria, 2025.

4.2.1 Início

No que caracteriza a fase inicial, o ano de 2014 marca o surgimento da FAPAF como resultado de uma articulação multissetorial que envolveu organizações da sociedade civil, universidades públicas e sujeitos do território de Parnaíba e Ilha Grande (PI). Nesse período inicial, a feira foi viabilizada por meio de uma convergência entre a atuação extensionista da CIA, o trabalho técnico-pedagógico do Núcleo de Estudos em Agroecologia Cajuí e o apoio de um consultor de produção, que juntos ofereceram suporte estrutural, logístico e organizacional à experiência. A realização das feiras ocorreu, inicialmente, no estacionamento da UESPI, configurando-se como um espaço de experimentação da comercialização direta entre agricultoras familiares e consumidores locais.

Essa fase inicial caracteriza-se por uma dinâmica marcada pela cooperação e pelo trabalho coletivo. A CIA, através de seus integrantes, atuava tanto na articulação institucional como também diretamente nas etapas produtivas, apoiando a preparação da terra, o uso de insumos naturais e o escoamento da produção. Essa atuação demonstra, na prática, a valorização do trabalho camponês e da autogestão ao promover relações horizontais de trabalho e intercâmbio entre saberes técnicos e populares.

Ademais, a presença de um consultor de produção e dos integrantes da CIA permitiu a qualificação técnica e o acompanhamento direto de questões operacionais, como a logística de

transporte, a contabilidade inicial e a montagem das bancas. O engajamento direto de diversos atores sociais na organização da feira sugere que, desde sua gênese, a FAPAF não se constituiu como um espaço de simples comercialização, mas como um processo educativo e formativo ancorado na solidariedade e na construção coletiva do conhecimento.

A institucionalização da feira no espaço universitário, ainda que incipiente, representava uma tentativa de aproximar o público acadêmico da realidade da agricultura familiar agroecológica. No entanto, a ausência de um sistema estruturado de gestão financeira e a limitação de parcerias institucionais mais amplas indicam que, naquele momento, os arranjos ainda dependiam fortemente do esforço individual e da militância dos envolvidos, revelando um momento de densidade política e pedagógica, em que os princípios da Economia Solidária se expressam de forma orgânica na prática das relações de produção, circulação e consumo. O fortalecimento dessas experiências iniciais, mesmo com as dificuldades operacionais, foi essencial para a construção de uma base organizativa sólida, que permitiu a continuidade e a expansão da feira nos anos seguintes.

4.2.2 FAPAF

A consolidação da Feira de Artesanato e de Produtos da Agricultura Familiar em 2014 representou um avanço organizativo em relação às experiências inaugurais da feira no mesmo ano. A partir da participação na então chamada Feira Integradora de Arte e Cultura, que passou a adotar o nome FAPAF, observa-se um movimento de institucionalização da feira enquanto espaço regular de comercialização, formação e identidade coletiva das feirantes. Esse processo envolveu a construção de uma logomarca própria, conforme mostra a figura 2, bem como a realização de atividades sistemáticas de formação em gestão, sendo elementos que indicam o início de um esforço para estruturar o grupo enquanto empreendimento solidário com identidade pública e capacidade de autogestão.

Figura 2 - Logomarca da FAPAF



Fonte: Souza *et al.*, 2016.

Do ponto de vista da Economia Solidária, essa etapa reflete o aprofundamento de práticas cooperativas e educativas voltadas para a autonomia das trabalhadoras da agricultura familiar. A construção da logomarca, por sua vez, não é apenas um elemento visual, mas um processo de fortalecimento da identidade coletiva, permitindo maior reconhecimento social da feira e, ao mesmo tempo, servindo como ferramenta para a valorização dos produtos frente aos consumidores.

As formações em gestão realizadas neste período indicam o início da preocupação com a sustentabilidade econômica do empreendimento, ampliando as capacidades das feirantes no que diz respeito à organização interna, à tomada de decisão coletiva e ao monitoramento de seus próprios recursos. A realização dessas capacitações também demonstra a presença de uma pedagogia da Economia Solidária, em que os sujeitos aprendem não apenas a produzir e vender, mas também a gerir coletivamente os rumos do empreendimento, contribuindo para a ampliação da autonomia econômica e da cidadania das participantes.

Outro aspecto relevante dessa fase é a configuração da feira como espaço híbrido, que articula a produção artesanal, o trabalho rural e a cultura popular, reforçando o caráter multidimensional da Economia Solidária. Por reunir produtos da agricultura familiar, saberes tradicionais e expressões culturais, a FAPAF apresenta uma visibilidade das economias populares que valoriza o trabalho coletivo, o conhecimento das mulheres agricultoras e a construção de laços de solidariedade com a sociedade urbana.

4.2.3 UESPI

No contexto da UESPI, ainda em 2014, a FAPAF manteve suas atividades nas

dependências da instituição de ensino, o que configurou uma etapa de experimentação prática da feira dentro do ambiente universitário. Nesta fase, destaca-se a presença ativa de um técnico vinculado a universidade, ao Cajuí e à CIA, desempenhando um papel essencial no suporte técnico-operacional, especialmente na condução do transporte, organização do espaço físico e disponibilização dos equipamentos necessários para a realização das feiras.

A manutenção da feira no campus universitário permitia o contato direto com estudantes e professores, muitos dos quais se tornavam consumidores frequentes. Esse fluxo constante de pessoas proporcionava, por um lado, visibilidade ao trabalho das feirantes e, por outro, uma oportunidade de sensibilização do público acadêmico em relação à importância da produção agroecológica e das práticas de Economia Solidária. A universidade, ainda que não institucionalizasse plenamente a feira como projeto de Extensão naquele momento, funcionava como mediadora de trocas que iam além da esfera comercial, promovendo aprendizagens recíprocas entre os saberes acadêmicos e os saberes da terra.

Entretanto, essa etapa também foi marcada por limites importantes, sobretudo no que diz respeito à estrutura física e à ausência de mecanismos consolidados de apoio institucional. Embora a feira contasse com o engajamento de técnicos e alguns docentes, a fragilidade das parcerias dificultava a ampliação das ações e impunha às feirantes uma dependência significativa de iniciativas individuais. Essa limitação refletia-se, por exemplo, na ausência de sistemas consistentes de monitoramento financeiro, na dificuldade de armazenamento de produtos e na instabilidade da própria realização das feiras, que ficavam condicionadas à disponibilidade eventual de recursos humanos e logísticos.

Apesar disso, a presença da feira na UESPI contribuiu para sedimentar uma cultura de comercialização direta entre produtores e consumidores no espaço universitário ao favorecer a construção de laços sociais que reforçavam os princípios da solidariedade e da confiança mútua, fundamentais na lógica da Economia Solidária. Ao mesmo tempo, evidenciava-se a necessidade de avanços organizativos que permitissem maior autonomia do grupo de feirantes em relação às estruturas institucionais frágeis, preparando o terreno para as transformações que ocorreriam nos anos seguintes.

4.2.4 Feira Virtual

Em março de 2020, a chegada da pandemia de COVID-19 impôs desafios aos circuitos curtos de comercialização com a interrupção das atividades presenciais e as feirantes viram-se

diante da necessidade urgente de encontrar alternativas não apenas para manter a geração de renda, mas garantir o escoamento da produção agroecológica. Diante deste cenário, o grupo demonstrou capacidade de reorganização ao implementar um modelo de feira virtual baseado no uso de redes sociais como Instagram e WhatsApp, articulando estratégias de venda, divulgação e distribuição a partir da infraestrutura doméstica de alguns integrantes.

A nova dinâmica consistia na criação de linhas de transmissão via WhatsApp com os clientes, que recebiam semanalmente listas com os produtos disponíveis. As encomendas eram separadas pelas próprias feirantes e organizadas em cestas, centralizadas em pontos de retirada localizados nas residências de duas apoiadoras do grupo, que passaram a desempenhar papel central na logística. Nesse modelo, as consumidoras e consumidores, em alguns casos, colaboravam com a distribuição, retirando os produtos das casas das feirantes para levá-los aos pontos finais.

Evidencia-se, por essa forma de organização nascida da emergência, o fortalecimento das redes de solidariedade entre produtoras e clientes, estabelecendo uma lógica de cooperação que transcendia a mera transação econômica. Para garantir maior comprometimento por parte dos consumidores e reduzir a incidência de pedidos com poucos produtos ou que não fossem retirados, adotou-se o valor mínimo de R\$ 20,00 por reserva na modalidade virtual, de modo a assegurar a viabilidade logística e evitar desperdícios.

Do ponto de vista da Economia Solidária, essa fase destaca-se pelo caráter inventivo e coletivo da resposta à crise, onde em vez de recorrer a soluções externas ou aguardar ações governamentais, o grupo mobilizou seus próprios recursos sociais e relacionais para redesenhar os fluxos de produção, circulação e consumo. A feira virtual consolidou práticas de autogestão que, mesmo em meio a um contexto de isolamento físico, reafirmaram a capacidade do grupo em manter sua organização baseada na confiança, na corresponsabilidade e na valorização mútua entre feirantes e consumidores.

A experiência também revelou novos aprendizados no uso de ferramentas digitais como meios de comercialização e comunicação, o que ampliou as possibilidades futuras da feira em contextos híbridos. Embora não estruturada como um sistema de comércio digital formal, a solução adotada foi eficiente dentro de sua escala e objetivo, que era preservar o vínculo entre produção e consumo sem comprometer os princípios da feira, especialmente a venda direta, o preço justo e o cuidado com a qualidade dos alimentos.

4.2.5 Mercado de Fátima

Com a flexibilização das medidas sanitárias e o retorno gradual das atividades presenciais em 2022, a FAPAF iniciou uma nova experiência de realização da feira fora dos ambientes universitários, estabelecendo uma parceria com a prefeitura de Parnaíba para a realização de feiras no Mercado Municipal do bairro de Fátima. Essa movimentação representou um ensaio de inserção em um circuito urbano mais amplo, no qual o grupo de feirantes se viu desafiado a construir novas formas de relação com o território e com um público mais heterogêneo.

A infraestrutura disponibilizada pelo poder público municipal contemplava o espaço físico do mercado e o apoio logístico por meio de um auxiliar externo, responsável por viabilizar o transporte das feirantes e dos produtos. Em um primeiro momento, esse suporte permitiu ao grupo ocupar um ambiente mais centralizado e de maior circulação de pessoas, o que ampliou a visibilidade da feira e diversificou a base de consumidores, onde, diferente do público majoritariamente universitário presente nas feiras anteriores, o mercado atrai perfis variados, incluindo trabalhadores urbanos, moradores da região e consumidores habituais daquele espaço público.

No entanto, a presença da FAPAF no Mercado de Fátima também revelou os limites da inserção de empreendimentos de Economia Solidária em espaços tradicionais de comercialização regidos por uma lógica predominantemente mercantil. A ausência de um vínculo institucional mais estruturado e de uma política de permanência para a feira nesse espaço reduziu sua capacidade de se consolidar como um ponto fixo. Além disso, a experiência foi enfraquecida pela interrupção do transporte das feirantes, que deixou de ser disponibilizado pela prefeitura, comprometendo a continuidade das atividades. É importante destacar que, conforme relatado, o público conquistado pela FAPAF não deixou de frequentar a feira, sugerindo que a dificuldade não se deu por perda de consumidores, mas por entraves logísticos que afetaram a operacionalização da feira naquele local.

Outro aspecto relevante diz respeito à forma como o poder público se posiciona frente a iniciativas da Economia Solidária. Ainda que a disponibilização de espaço e transporte represente um gesto positivo, a política local não estruturou mecanismos de fomento permanentes, tampouco promoveu a integração da feira às políticas públicas de segurança alimentar, abastecimento urbano ou apoio à agricultura familiar. A atuação da prefeitura limitou-se a uma ação pontual, desprovida de acompanhamento institucional e sem articulação

com outras secretarias como desenvolvimento rural, assistência social ou economia, que poderiam potencializar o alcance e a estabilidade da feira. Isso evidencia a fragilidade do reconhecimento institucional das feiras agroecológicas como instrumentos legítimos de política pública urbana.

4.2.6 UFDFPar

Ainda em 2022, a FAPAF passou a realizar suas atividades semanalmente no campus da UFDFPar, como pode ser observado na figura 3, inaugurando uma nova etapa marcada pela consolidação organizativa, ampliação das parcerias institucionais e fortalecimento da gestão coletiva da feira. Essa fase configura-se como um ponto de inflexão na trajetória do grupo, ao articular, de maneira mais estruturada, os pilares da Economia Solidária com práticas de Extensão universitária voltadas ao acompanhamento técnico da gestão financeira.

Figura 3 - Realização da Feira no Hall do Auditório Central da UFDFPar



Fonte: Acervo Programa Entrelaços, 2025.

A entrada da FAPAF no espaço da UFDFPar foi viabilizada por convite de uma técnica, com o apoio de outros docentes, que desempenharam papel fundamental na intermediação entre o grupo de feirantes e a instituição com a criação posterior do projeto de Extensão onde a FAPAF foi inserida, intitulado “Laços da Solidariedade”, contando com o apoio institucional

que incluiu, desde o início, o fornecimento de transporte oficial da universidade, a concessão de espaço físico para montagem da feira e o estímulo à integração com outras iniciativas de extensão. O compartilhamento do espaço com feirantes do projeto “Laços da Cidadania” promoveu a criação de sinergias interprojetos e culminou na fusão das iniciativas, conhecida atualmente como Programa “Entrelaços”.

Esse novo arranjo permitiu o aprofundamento de ações formativas com caráter permanente, onde estudantes bolsistas e voluntários passaram a acompanhar a feira semanalmente, oferecendo apoio sistemático às atividades de gestão financeira, registro de vendas, sistematização de dados e planejamento. Por meio do uso de planilhas eletrônicas, os estudantes implantaram uma metodologia de monitoramento financeiro simplificado, acessível às feirantes e orientada à realidade de pequenos empreendimentos de base familiar, promovendo maior clareza sobre o desempenho econômico das feiras semanais, como também facilitando a construção de indicadores para análise interna e tomada de decisão coletiva. Porém, ainda que esse acompanhamento tenha promovido avanços, é necessário um processo contínuo de formação interna entre as feirantes para reduzir a dependência desse suporte externo e consolidar a autogestão entre elas, uma vez que a descontinuação desse apoio sem uma formação estruturada para o uso dessas ferramentas pode limitar a autonomia do grupo.

Ao comparar essa fase com experiências anteriores, nota-se um salto qualitativo em diversos aspectos. Enquanto na etapa anterior as vendas eram limitadas e frequentemente resultavam em sobras de produtos conforme relatado pelas feirantes, o novo cenário na UFDF apresenta maior rotatividade dos produtos ofertados e menos sobras de produtos. A melhoria na infraestrutura, a constância na realização da feira e a intensificação do fluxo de consumidores contribuíram para um ambiente mais propício à circulação de bens, saberes e afetos.

Outro fator importante diz respeito à desburocratização dos meios de pagamento. Com a ampla adoção do PIX e o acompanhamento próximo dos estudantes na operação das planilhas, as feirantes relataram observar uma melhoria na organização financeira da feira e na autonomia em relação ao monitoramento de suas receitas, o contribuiu para mitigar um dos gargalos identificados em etapas anteriores, quando a contabilidade ficava a cargo exclusivamente das feirantes, gerando dificuldades operacionais e sobrecarga individual.

4.3 Análise das planilhas financeiras e evolução econômica

A análise da evolução econômica da FAPAF deve ser compreendida à luz da mudança

institucional ocorrida a partir de 2022, quando a feira passou a funcionar na UFDPAr e a transição marcou uma nova fase no desenvolvimento organizativo da FAPAF, especialmente no que diz respeito às práticas de gestão financeira, à mediação institucional e ao fortalecimento da Economia Solidária como eixo articulador das atividades comerciais e formativas do grupo.

Como já foi destacado, durante o período em que a feira esteve vinculada à UESPI, antes de 2022, as anotações e a conferência de receitas eram realizadas de forma manual, em cadernos, por feirantes ou parceiros institucionais. Porém, tal modelo de gestão apresentava uma dificuldade generalizada em sistematizar as informações para fins de avaliação financeira e planejamento coletivo, limitando a compreensão das feirantes sobre o desempenho econômico da feira e impondo barreiras à autonomia do grupo.

A partir da atuação na UFDPAr, a introdução das planilhas para registrar vendas, organizar pedidos e realizar a prestação de contas promoveu uma reestruturação na lógica de acompanhamento das receitas, operando como prática pedagógica fundamental para a construção de uma cultura organizacional orientada pela transparência, pela participação e pelo empoderamento das feirantes.

Observando o Quadro 2, que categoriza os produtos comercializados pela FAPAF, é possível realizar uma análise sobre a diversidade da oferta com base em sua composição por grupos alimentares, utilitários e ornamentais. Ao observar as categorias listadas, nota-se que a variedade de itens contempla tanto produtos *in natura* quanto transformados, sugerindo diferentes níveis de complexidade nos processos de produção, armazenamento e comercialização, bem como estratégias diversas de geração de renda por parte das feirantes.

Quadro 2 - Diversidade dos Produtos Comercializados

Categoria	Produtos
Frutas	Abacate, abacaxi, acerola, ata, banana, caju, carambola, goiaba, jaca, laranja, limão, mamão, manga, maracujá, melancia, murici, sapoti, seriguela, tangerina, romã
Hortaliças	Alface, agrião, coentro, couve, couve-flor, rúcula, cheiro verde, salsinha, hortelã, manjeriço, pimentão, tomate, tomate cereja, quiabo, maxixe
Tubérculos e raízes	Açafrão, batata doce, macaxeira, macaxeira com casca, macaxeira ralada, cenoura, beterraba, gengibre
Leguminosas e grãos	Feijão verde, fava, milho, amendoim
Ovos e carnes	Ovos, galinha caipira, pato, peixe, camarão, marisco
Doces e conservas	Doce de banana, doce de goiaba, geleia de manga, cocada, doce de mamão, doce de jaca, rapadura, paçoca de castanha
Produtos preparados	farinha, goma fresca, massa de tapioca, tempero caseiro, farofa de marisco, molho de pimenta, suco, lanche
Plantas medicinais / ornamentais	Muda de boldo, muda de arruda, muda de hortelã, muda de espada de São Jorge, muda de lírio da paz, muda de capim-santo
Outros	Pano de prato, vassoura de palha, cesta

Fonte: Elaboração própria com dados do Programa Entrelaços, 2025.

A presença de uma ampla gama de frutas, hortaliças e tubérculos sugere uma base produtiva fortemente ligada à agricultura familiar, com práticas voltadas para o abastecimento alimentar doméstico. Itens como banana, manga, couve, alface, macaxeira e batata doce, bastante recorrentes em feiras livres, podem indicar uma produção orientada para o consumo cotidiano, com rotatividade elevada e baixo grau de processamento.

A categoria “Leguminosas e grãos” agrega produtos que geralmente exigem um ciclo produtivo mais longo, como feijão e fava, e cuja presença, mesmo que pontual, pode evidenciar uma possível estratégia de diversificação da renda ou um esforço para preservar práticas agrícolas tradicionais. A inclusão de produtos de origem animal, como ovos, galinha caipira, peixe e marisco, expande o escopo da feira para além da horticultura e pode sugerir a coexistência de diferentes sistemas produtivos que compõem o repertório da agricultura familiar em territórios costeiros ou rurais.

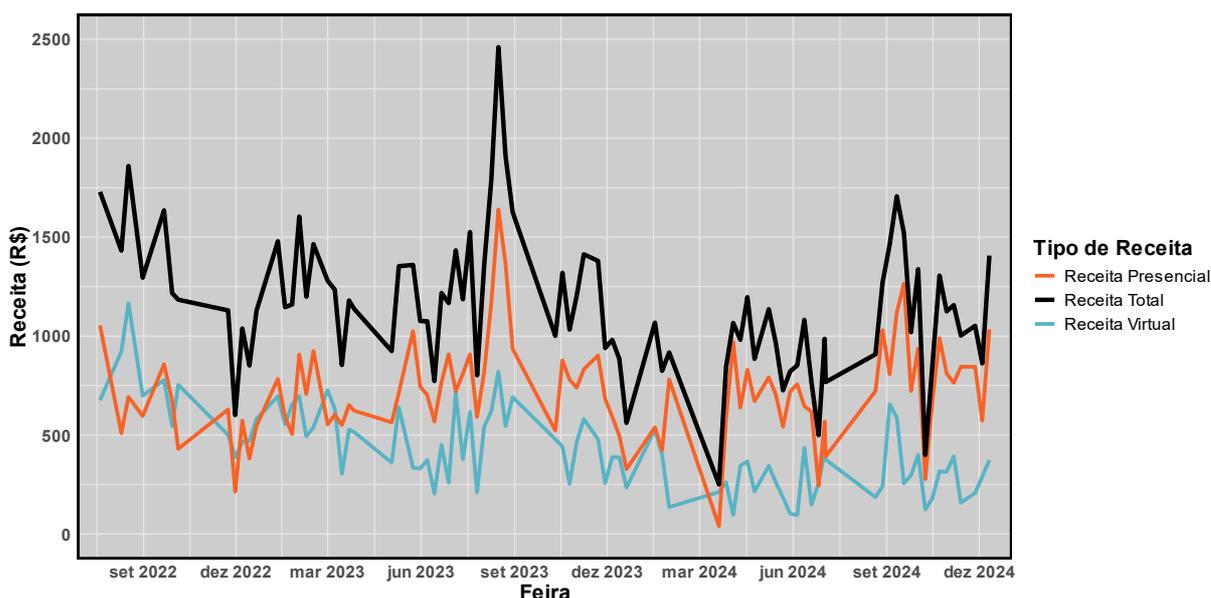
Produtos ornamentais e plantas medicinais, como mudas de hortelã, arruda e capim-santo, também estão presentes, ainda que em menor número. Sua inclusão na feira sugere a incorporação de saberes tradicionais, conhecimentos populares de cuidado, ou ainda o aproveitamento de espaços domésticos para cultivo de espécies de ciclo curto. Já os itens

agrupados na categoria “Outros”, como vassouras de palha, cestas e panos de prato, ampliam a diversificação da feira para além dos alimentos, permitindo a circulação de produtos que exigem habilidades manuais específicas e sugerem um vínculo com o artesanato regional.

No entanto, considerando essa diversidade de produtos comercializados, cabe mencionar a baixa frequência de determinados itens, como pimentão, tomate, gengibre e beterraba, cuja presença nas vendas tem sido esporádica, o que pode estar associada a dificuldades relatadas pelas próprias feirantes no âmbito da produção como às condições do solo, à escassez de insumos como adubo e à ausência de assistência técnica continuada para manejos agroecológicos. Ainda que não tenham sido detalhados os efeitos sobre cada produto individualmente, as feirantes apontam que, em certas áreas de plantio, alguns alimentos não conseguem se desenvolver, o que pode afetar diretamente sua oferta na feira.

A análise do Gráfico 1, que representa a evolução das receitas da FAPAF, permite observar com mais profundidade os efeitos da reorganização institucional da feira e os impactos decorrentes da adoção sistematizada das práticas de gestão financeira. A visualização temporal dos dados, construída a partir das planilhas mensais da feira, revela tanto padrões recorrentes como comportamentos sazonais típicos da agricultura familiar, quanto elementos conjunturais.

Gráfico 1 - Evolução das Receitas da FAPAF



Fonte: Elaboração própria com dados do Programa Entrelaços, 2025.

A primeira característica evidente no gráfico é a oscilação das receitas ao longo do tempo, indicando que a feira está sujeita a variações periódicas que podem ser atribuídas a múltiplos fatores, como a sazonalidade da produção agrícola, as condições climáticas e a

capacidade produtiva das famílias agricultoras. A curva da receita total, representada em preto, exhibe pontos expressivos como os observados entre agosto e setembro de 2023 e novamente em setembro de 2024, que sugerem momentos de maior volume de vendas, maior adesão de consumidoras e consumidores ou a presença de produtos sazonais.

Em contraste, os momentos de queda brusca, como o observado entre dezembro de 2023 e fevereiro de 2024, podem apontar para entraves produtivos, baixa disponibilidade de produtos, problemas logísticos ou condições adversas para a realização das feiras, como excesso de chuvas, calor extremo ou períodos de recesso acadêmico. As oscilações reforçam o caráter vulnerável de feiras autogestionadas e indicam a importância do planejamento coletivo e da gestão preventiva de insumos, além de fortalecer o argumento de que mecanismos como o fundo rotativo solidário e o acompanhamento técnico permanente são indispensáveis para garantir a continuidade da feira ao longo do tempo.

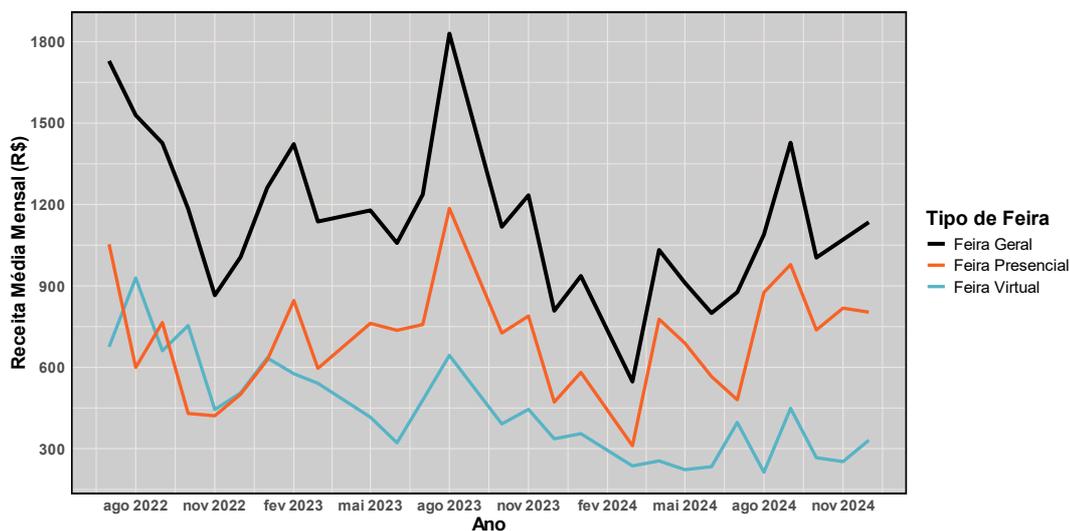
Outro elemento relevante é a distinção entre as receitas presenciais e virtuais, que, embora apresentem valores distintos em escala, apresentam comportamentos complementares. A presença constante das vendas virtuais ao longo de todo o período analisado demonstra que essa modalidade, inicialmente adotada como alternativa emergencial durante a pandemia, consolidou-se como canal de comercialização regular. Mesmo com menor volume quando comparada às feiras presenciais, a receita virtual revela a permanência do consumo por encomendas e entregas, atendendo um público específico que opta por essa forma de acesso aos produtos agroecológicos. Trata-se de uma estratégia que amplia o alcance da feira, diversifica sua base de consumidores e contribui para a estabilidade das receitas, sobretudo em períodos de menor fluxo presencial.

Já a curva da receita presencial, embora mais volátil, é a que mais se aproxima das oscilações da receita total, o que reforça seu papel central no modelo de comercialização da FAPAF. As flutuações da receita presencial também evidenciam a dependência das feirantes de fatores externos à sua produção, como infraestrutura de transporte, regularidade no calendário de feiras e mobilização institucional. No entanto, os momentos de alta nas vendas presenciais indicam que, quando há condições favoráveis, a feira é capaz de mobilizar um volume expressivo de receitas, o que demonstra sua potência como espaço de abastecimento popular e de geração de renda direta.

A análise do Gráfico 2, que apresenta a evolução da receita média mensal da FAPAF, possibilita um aprofundamento importante sobre as dinâmicas internas da feira e os efeitos

concretos da adoção de práticas sistematizadas de gestão financeira sobre o desempenho econômico das feirantes. Ao observar as variações mensais das receitas médias, obtidas a partir da divisão do total arrecadado pelo número de feiras em cada mês, é possível vislumbrar com maior nitidez a distribuição da renda e sua relação com os contextos organizacionais, institucionais e produtivos da feira.

Gráfico 2 - Evolução da Receita Média Mensal da FAPAF



Fonte: Elaboração própria com dados do Programa Entrelaços, 2025.

A curva da receita média total evidencia oscilações marcantes ao longo do período analisado, refletindo o caráter não linear da trajetória econômica da FAPAF. A análise da média mensal permite apontar os efeitos de fatores como a sazonalidade da produção, a irregularidade no calendário de feiras e as variações no número de clientes atendidos a cada mês. Assim como observado no gráfico 1, o pico mais alto registrado foi em agosto de 2023, indicando momentos de concentração de renda que pode estar associado a períodos de maior fluxo de consumidores.

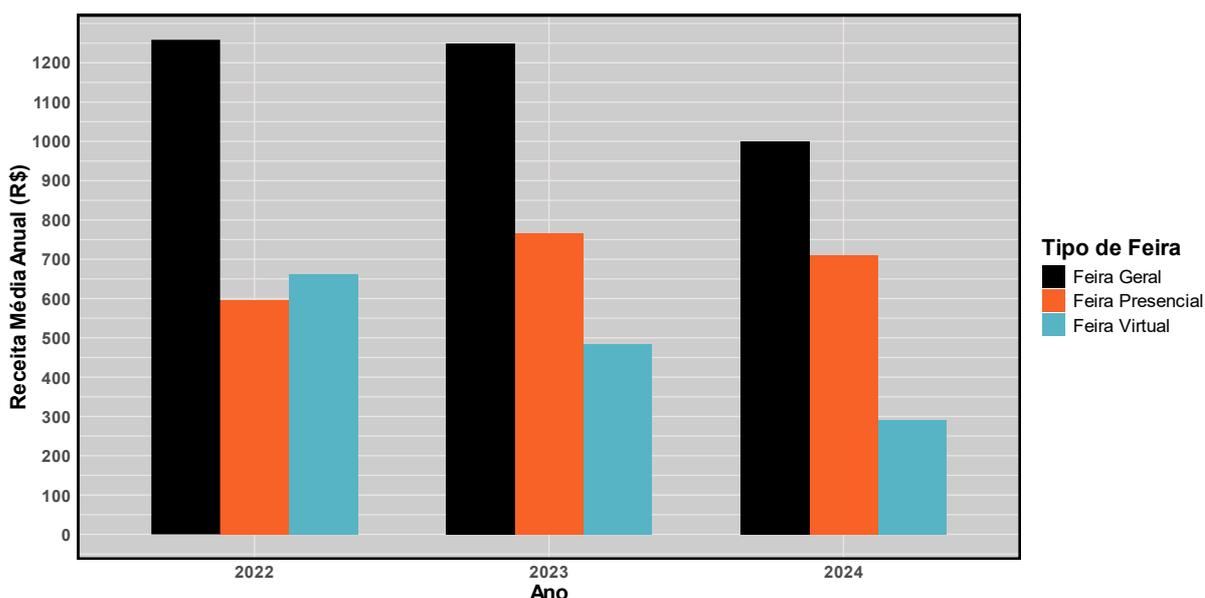
A receita média presencial segue o mesmo padrão oscilatório, com variações mais abruptas, sugerindo uma sensibilidade maior a fatores conjunturais como infraestrutura de transporte, clima e calendário institucional, que reafirmam o papel central da feira presencial como principal canal de geração de renda, mas também evidenciam sua exposição a riscos e instabilidades que exigem mecanismos de suporte coletivo e planejamento com base em dados confiáveis. Por outro lado, a receita média virtual apresenta uma tendência de declínio mais acentuado ao longo do tempo, sobretudo a partir de abril de 2023, quando os valores médios caem para patamares abaixo de R\$ 400.

No caso específico da feira virtual, a queda de desempenho também sugere gargalos

operacionais que exigem formação direcionada, com foco em tecnologias de comunicação, organização de pedidos e relacionamento com os consumidores nesse formato. Contudo, mesmo com menor expressividade, a permanência da feira virtual em todo o período analisado mostra a resiliência do modelo híbrido e a capacidade de adaptação da feira a diferentes formatos de comercialização. A manutenção de uma receita média virtual, ainda que mais baixa, aponta para a existência de um nicho de consumidoras fidelizadas e reforça o argumento de que a diversificação dos canais de venda pode ser estratégica para a sustentabilidade da feira, sobretudo em contextos de instabilidade climática, econômica ou institucional.

A evolução da receita média anual da FAPAF, conforme mostra o gráfico 3, permite identificar tendências estruturais no desempenho financeiro das feirantes e analisar os efeitos cumulativos da gestão coletiva, da organização do trabalho e das mediações institucionais. A utilização de médias anuais segmentadas por modalidade de comercialização contribui para compreender como a receita foi construída ao longo do período e em que medida essa construção esteve associada à adoção de práticas sistemáticas de acompanhamento financeiro.

Gráfico 3 - Evolução da Receita Média Anual da FAPAF



Fonte: Elaboração própria com dados do Programa Entrelaços, 2025.

É importante destacar que, embora os dados de 2022 correspondam ao ano inteiro, a feira passou a funcionar na UFDFPar apenas a partir de julho daquele ano. Isso significa que os valores registrados nesse primeiro período correspondem, na prática, a uma média calculada com base em apenas seis meses de funcionamento no novo contexto institucional. Ainda assim, a receita média anual total alcançou valores superiores a R\$ 1.250, o que evidencia um

desempenho inicial bastante significativo para um empreendimento que se reestruturava após a pandemia. O bom resultado pode ser explicado pela confluência de fatores favoráveis: a mobilização das feirantes, o apoio do projeto de Extensão na fase inicial de implantação na nova sede, o engajamento de consumidores solidários e a valorização dos circuitos curtos de comercialização em um cenário ainda influenciado pelos efeitos da pandemia. Além disso, o número significativamente maior de estudantes, servidores e frequentadores da UFDPAr em relação à UESPI pode ter contribuído diretamente para o volume de vendas registrado nesse período.

Em 2023, já com 1 ano completo de atividade na UFDPAr e com maior estabilidade na operação da feira, a receita média total manteve-se quase inalterada, mas com mudanças internas relevantes. Observa-se um crescimento da receita média presencial, que se aproxima de R\$ 770, enquanto a receita virtual sofre uma retração, caindo para cerca de R\$ 470, uma mudança na composição da receita que reflete uma reorganização nas formas de consumo: com a retomada das atividades presenciais de forma mais ampla, muitos consumidores que anteriormente utilizavam o canal de vendas online migraram novamente para o espaço físico da feira, sendo a principal modalidade econômica.

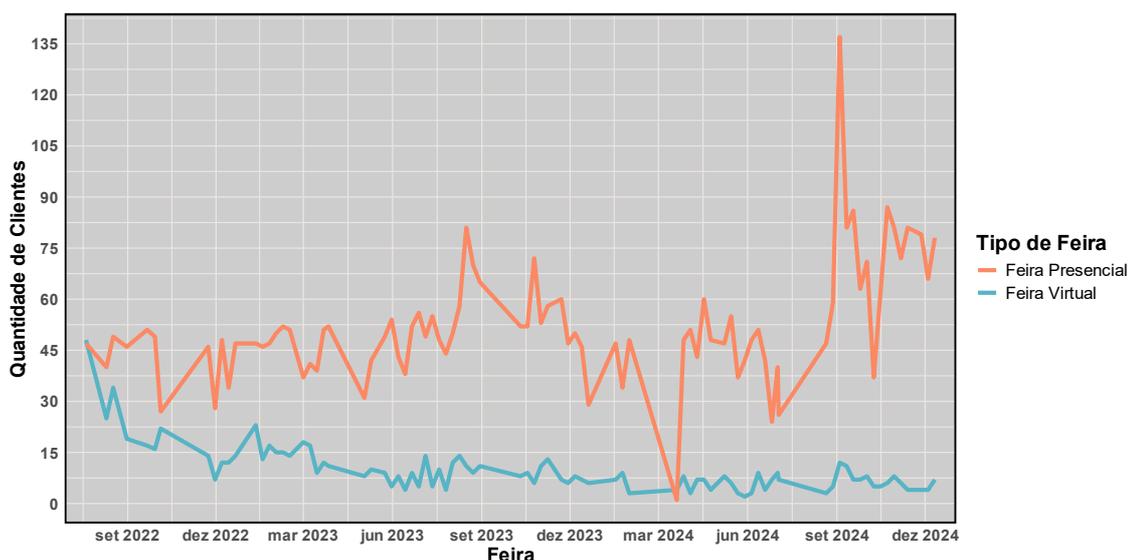
Já em 2024, constata-se uma inflexão negativa na curva da receita média total, que recua para cerca de R\$ 1.000. Esse declínio pode estar associado à queda da receita média virtual, que apresenta seu menor valor no triênio, inferior a R\$ 300, sugerindo um enfraquecimento dessa modalidade de comercialização. A receita presencial mantém-se estável em relação ao ano anterior, indicando que a base de consumidores locais ainda garante uma sustentação mínima da feira, mas sem capacidade de compensar a perda decorrente da desmobilização do canal virtual.

A partir dessa análise, nota-se a importância da multicanalidade como estratégia de fortalecimento dos empreendimentos autogestionários, mas a redução da receita virtual pode indicar que a manutenção de canais alternativos de comercialização requer apoio técnico continuado, processos formativos e estruturas logísticas minimamente consolidadas. Os dados também evidenciam que o desempenho financeiro da feira não está dissociado de fatores exógenos, como mudanças no perfil da base consumidora, na regularidade das feiras, no número de participantes e nas condições materiais de produção e transporte.

A leitura da evolução da quantidade de clientes por feira, apresentada no gráfico 4, aprofunda e complementa as interpretações já realizadas nos gráficos anteriores. Em 2022, o

número de clientes da feira presencial ainda se encontrava em patamar intermediário, enquanto os clientes da feira virtual desempenhavam papel relevante, herdando a lógica adotada durante o contexto pandêmico.

Gráfico 4 - Evolução da Quantidade de Clientes por Feira



Fonte: Elaboração própria com dados do Programa Entrelaços, 2025.

A coexistência entre os dois formatos permitia certa estabilidade de fluxo de consumidores, aspecto que ajuda a explicar o desempenho mais consistente das receitas gerais da feira nesse período.

A partir de 2023, observou-se uma diminuição contínua da modalidade virtual de atendimento, com tendência de enfraquecimento progressivo desse canal, consistente com a superação da conjuntura emergencial que havia motivado essa estratégia quanto a retomada das práticas de comercialização direta, fortemente valorizadas no contexto da Economia Solidária. O retorno ao formato presencial permitiu novamente a interação entre feirantes e consumidores, além de favorecer uma maior previsibilidade nas receitas.

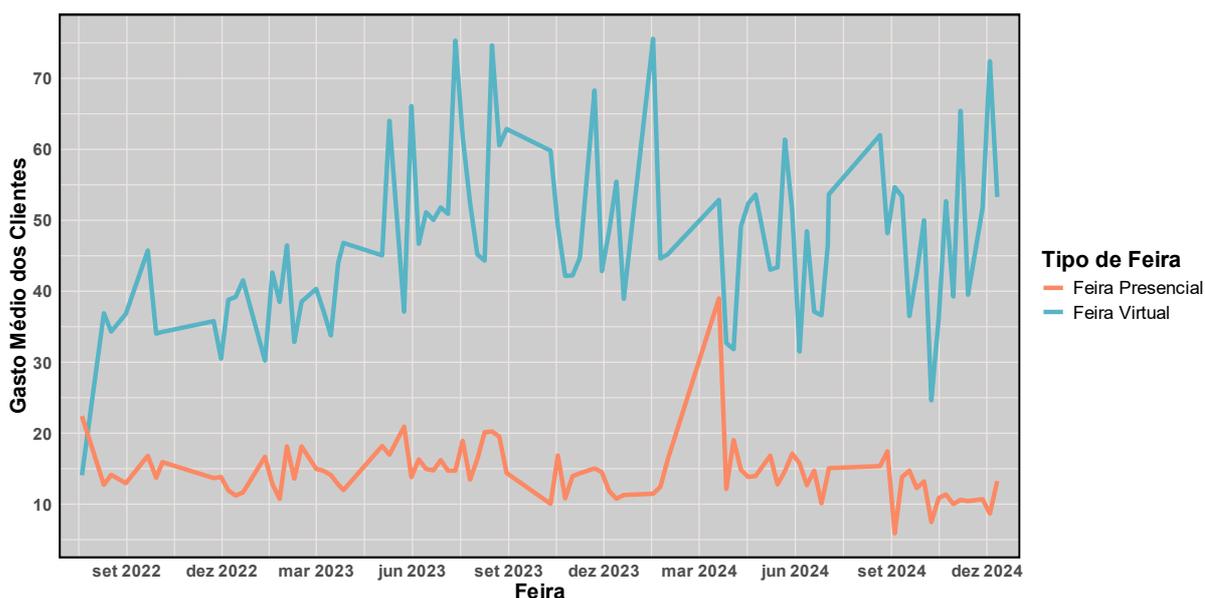
Em contrapartida, a modalidade presencial manteve relativa estabilidade durante 2023, oscilando dentro de uma faixa que denota a permanência de um núcleo fixo de consumidores. A análise da receita média mensal reforça essa leitura, já que, mesmo com flutuações no número de clientes, a feira conseguiu preservar certo padrão de desempenho financeiro, indicando a existência de um público comprometido e de uma base regular de consumo.

O terceiro trimestre de 2024 marca uma inflexão relevante, quando se observa um crescimento expressivo da clientela presencial, com registros superiores aos verificados nos

períodos anteriores, o que coincide com o aumento de receita média observado nos gráficos anteriores e sugere que a ampliação da base de consumidores teve impacto direto sobre o desempenho econômico da feira. A curva ascendente pode estar associada à intensificação das atividades no campus universitário, à atuação contínua das feirantes na fidelização dos consumidores e ao fortalecimento das redes de divulgação e articulação comunitária promovidas no interior da UFDPAr. Por outro lado, a modalidade virtual, que já apresentava tendência de retração, tornou-se residual ao longo de 2024, com níveis baixos e dispersos, o que consolida o retorno da feira a um modelo centrado na venda direta.

Por fim, a leitura do gasto médio por cliente, apresentada no Gráfico 5, oferece uma chave interpretativa complementar às análises de receita, receita média e quantidade de consumidores, ao permitir a identificação de padrões no comportamento de compra individual que não são visíveis apenas pelo volume agregado das vendas. Duas tendências se destacam ao longo da série histórica: a primeira é a manutenção de valores significativamente mais elevados na modalidade virtual em comparação à presencial; a segunda é a amplitude das oscilações na modalidade virtual, que revela tanto sua instabilidade quanto sua potência nos momentos de mobilização bem-sucedida.

Gráfico 5 - Evolução do Gasto Médio por Cliente



Fonte: Elaboração própria com dados do Programa Entrelaços, 2025.

A modalidade virtual apresenta, desde o início do período analisado, gastos médios por cliente mais elevados, explicada pelo próprio formato da feira virtual, que pressupõe planejamento prévio por parte do consumidor, com listas de produtos, encomendas organizadas

e entrega posterior, o que tende a resultar em compras maiores por pedido. Diferente da lógica espontânea que marca o consumo na feira presencial, a experiência virtual atrai um perfil de consumidores mais comprometidos com a proposta da feira, já familiarizadas com a dinâmica da Economia Solidária e, muitas vezes, mobilizadas por laços pessoais, políticos ou institucionais. O comportamento ilustrado no gráfico fortalece a hipótese de que a feira virtual se sustenta, em grande medida, por redes de apoio conscientes e engajadas, que veem no ato de compra uma forma de fortalecimento do trabalho coletivo das mulheres agricultoras.

No entanto, apesar do alto valor médio por cliente, a feira virtual demonstra baixa capilaridade ao longo do tempo, como visto no Gráfico 4. Sua retração constante a partir de meados de 2023 e culminando em níveis residuais em 2024 pode sugerir que o canal perdeu força, não apenas em número de clientes, mas também em capacidade de sustentar um padrão de consumo consistente. A oscilação acentuada da curva virtual sugere que seu desempenho depende fortemente de fatores externos, como a atuação de parcerias institucionais, estratégias de divulgação e apoio logístico

Por sua vez, a modalidade presencial, ainda que dominante em termos de frequência e volume de clientes, apresenta gastos médios por cliente notadamente inferiores, oscilando em uma faixa mais estreita e estável ao longo do tempo. Essa constância, combinada com a análise do Gráfico 4, indica que, mesmo com uma base regular de consumidores, o perfil de compra tende a ser de menor valor por transação. Tal comportamento pode ser atribuído ao caráter cotidiano da feira presencial, marcada por compras de menor escala, acessíveis a públicos diversos, e mediadas por interações diretas, em que o vínculo social entre feirante e consumidor assume centralidade. A permanência dessa modalidade como eixo principal da comercialização evidencia a eficácia do contato direto e da confiança mútua como fundamentos econômicos na lógica solidária.

Além disso, a evolução do gasto médio por cliente presencial revela que, mesmo com o crescimento do número de consumidores a partir do terceiro trimestre de 2024, como visto no Gráfico 4, esse aumento não foi acompanhado de um crescimento proporcional no valor das compras individuais. Isso sugere que o crescimento da base consumidora pode estar relacionado à ampliação do alcance social da feira, com maior presença de públicos diversos, mas sem necessariamente se traduzir em incremento direto da receita, tratando-se de um indício de democratização do consumo agroecológico que reforça o papel da FAPAF como espaço de acesso a alimentos saudáveis.

5 CONCLUSÃO

A análise da trajetória da FAPAF permitiu compreender os múltiplos fatores que moldaram sua constituição como espaço de comercialização direta e fortalecimento da Economia Solidária na região de Parnaíba e Ilha Grande (PI). A feira se desenvolveu ao longo de uma década marcada por transformações institucionais, reorganizações e avanços graduais na adoção de práticas de autogestão, revelando-se um arranjo híbrido sustentado por relações de cooperação, vínculos comunitários e mediações externas.

Ao longo do estudo, evidenciou-se que a sustentabilidade econômica das feirantes está associada à capacidade de organização coletiva e à incorporação de instrumentos de gestão adequados à sua realidade, onde a introdução de ferramentas simples, como planilhas financeiras, associada à atuação do Programa de Extensão Entrelaços, desempenhou papel fundamental nas práticas de monitoramento e prestação de contas, permitindo maior clareza sobre o desempenho econômico da feira e contribuindo para o fortalecimento de sua base organizativa.

No entanto, a análise empírica também destacou a importância da assessoria técnica e do suporte institucional contínuo. A ausência de assistência técnica na produção, especialmente no manejo agroecológico, na diversificação dos cultivos e na superação de gargalos estruturais como o transporte, foi apontada como uma das limitações persistentes. Essa lacuna compromete tanto a estabilidade da oferta quanto a capacidade de ampliação do alcance da feira, sugerindo a necessidade de soluções mais estruturadas e de articulações intersetoriais que reconheçam as feiras agroecológicas como instrumentos legítimos de promoção da segurança alimentar, inclusão produtiva e desenvolvimento territorial, que pode se dar através de políticas públicas.

Ainda que a inserção no ambiente universitário tenha promovido ganhos organizacionais, as análises sugerem que há um grau de dependência da mediação técnica realizada por estudantes voluntários da UFDPAr. Essa constatação não invalida os resultados alcançados, mas pode impor o desafio de consolidar processos formativos internos e estratégias de autonomia das feirantes, de modo a reduzir os riscos do grupo frente a possíveis discontinuidades do apoio externo.

Outro aspecto relevante diz respeito à experiência com a feira virtual, que, embora tenha sido inicialmente adotada como resposta emergencial durante a pandemia de COVID-19, consolidou-se como um canal complementar de comercialização. Ainda que os dados revelem uma tendência de declínio nas receitas associadas a essa modalidade, seu desempenho não

invalida seu potencial estratégico. Ao contrário, a feira virtual representa uma oportunidade importante de diversificação dos canais de escoamento da produção, ampliando o alcance da feira e possibilitando o atendimento de perfis de consumidores com diferentes hábitos de compra. A persistência dessa modalidade ao longo do período analisado pode sinalizar que, ao dedicar esforços em logística, comunicação e fortalecimento das relações com os consumidores, ela pode desempenhar um papel relevante na sustentabilidade econômica do grupo.

Do ponto de vista metodológico, a adoção de uma abordagem quali-quantitativa permitiu articular a compreensão dos aspectos históricos, sociais e institucionais da feira com a análise de dados objetivos sobre o desempenho econômico das feirantes. A combinação entre os questionários aplicados às feirantes e a análise das planilhas financeiras permitiu reconstruir, de forma articulada, a evolução organizativa e econômica da FAPAF, evidenciando tanto os avanços promovidos pela adoção de práticas de autogestão quanto os limites estruturais enfrentados

Entre as limitações da pesquisa, destaca-se o número reduzido de participantes entrevistadas, reflexo do atual estágio da feira, composto por um grupo pequeno de feirantes com participação contínua. Embora esse recorte tenha possibilitado uma análise longitudinal e qualitativa aprofundada, a ampliação do número de participantes em futuras investigações poderia enriquecer as análises comparativas e permitir uma abordagem mais abrangente sobre os efeitos das práticas de gestão financeira e do apoio institucional em diferentes perfis de empreendimentos solidários.

Como sugestões para estudos futuros, destaca-se a investigação da dinâmica entre feiras agroecológicas e políticas públicas municipais, explorando os fatores que promovem ou limitam a institucionalização dessas iniciativas como parte das estratégias locais de desenvolvimento sustentável. Além disso, o estudo comparado entre feiras que contam com apoio de instituições de ensino superior e aquelas que atuam de forma independente pode revelar fatores que influenciam na sustentabilidade organizativa em diferentes contextos.

Por fim, a trajetória da FAPAF reafirma o potencial das feiras livres como espaços de experimentação econômica e fortalecimento do protagonismo popular. Sua consolidação ao longo do tempo, mesmo diante de adversidades estruturais, expressa a potência da organização coletiva, das redes colaborativas e da construção de práticas econômicas enraizadas nos territórios e nos saberes locais.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Bruno Castro; COSTA, José Kleberon Queiroz da; CRESPO, Maria de Fátima Vieira; CARVALHO, José Natanael Fontenele de. Tecnologias e Empoderamento na Economia Solidária: Uma Análise do Uso de Planilhas para Gestão de Receitas e Pagamentos em Feira Agroecológica. In: **Anais do 62º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)**. Anais. Palmas (TO) UFT, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.29327/62-congresso-da-sober-397784.818187>. Acesso em: 23 jun. 2025
- ANDION, Carolina. A gestão no campo da Economia Solidária: particularidades e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 9, n. 1, p. 79-101, jan./mar. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1415-65552005000100005>. Acesso em: 21 mai. 2025.
- AZEVEDO, Sheila Karla Santos de; SILVA, Inês Machline. Plantas medicinais e de uso religioso comercializadas em mercados e feiras livres no Rio de Janeiro, RJ, Brasil. **Acta Botanica Brasileira**, Brasília, v. 20, n. 1, p. 185-194, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-33062006000100017>. Acesso em: 30 abr. 2025.
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. A problemática da Economia Solidária: uma perspectiva internacional. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 16, n. 1-2, p. 131-154, dez. 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922001000100011>. Acesso em: 13 abr. 2025.
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. **A Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- GAIGER, Luiz Inácio. A Economia Solidária no Brasil e o sentido das novas formas de produção não capitalistas. **Cayapa: Revista Venezolana de Economía Social**, Mérida: Universidad de Los Andes, v. 4, n. 8, p. 9-37, dez. 2004.
- GAIGER, Luiz Inácio; KUYVEN, Patrícia. Dimensões e tendências da Economia Solidária no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 34, n. 3, p. 799-825, set./dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-201934030008>. Acesso em: 03 mai. 2025.
- GODOY, Wilson Itamar; ANJOS, Flávio Sacco dos. A importância das feiras livres

ecológicas: um espaço de trocas e saberes da economia local. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 364, fev. 2007. Resumos do II Congresso Brasileiro de Agroecologia. Disponível em: <https://www.aba-agroecologia.org.br/revista/cad/article/view/1943>. Acesso em: 18 abr. 2025.

LAVILLE, Jean-Louis. A Economia Solidária: um movimento internacional. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 84, p. 7-47, mar. 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/381>. Acesso em: 13 abr. 2025.

LEAL, Leonardo Prates; RIGO, Ariadne Scalfoni; ANDRADE, Richard Nogueira. **Finanças solidárias com base em bancos comunitários de desenvolvimento: explorando os dados do diagnóstico no Nordeste do Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6666>. Acesso em: 14 jun. 2025.

LEITE, Daniel Carvalho; TELES, Elton Carlos Pereira Vieira de Alencar. Comercialização de produtos agroecológicos a partir de circuitos curtos: a experiência das feiras agroecológicas de Recife, Pernambuco. **Revista de Extensão da UNIVASF**, Petrolina, v. 7, n. 2, p. 26-44, 2019. Disponível em: <https://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/extramuros/article/view/1016>. Acesso em: 18 abr. 2025.

MAIOLI-AZEVEDO, Veronica; FONSECA-KRUEL, Viviane Stern da. Plantas medicinais e ritualísticas vendidas em feiras livres no Município do Rio de Janeiro, RJ, Brasil: estudo de caso nas zonas Norte e Sul. **Acta Botanica Brasilica**, Brasília, v. 21, n. 2, p. 263-275, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-33062007000200002>. Acesso em: 29 abr. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIRANDA, Sueny Pinhel; WEGNER, Rubia Cristina; DIAS, Anelise. Comercialização nas feiras da agricultura familiar: um estudo de caso sobre a estrutura desses canais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 62, n. 4, p. e270700, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2023.270700pt>. Acesso em: 29 mar. 2025.

RODRIGUES, Renata Gonçalves; AGUIAR, Patrícia Dornelles de. Feiras de Economia

Solidária como alternativa ao desenvolvimento socioeconômico local no município de Santa Maria, RS. **Redes**, v. 26, 2 set. 2022. Disponível em:

<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/15153>. Acesso em: 24 abr. de 2025.

SILVA, Daiane Lima da; FERREIRA, Vicente da Rocha Soares. Economia Solidária e seu estágio de institucionalização: a contribuição das políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, p. e2023024, 2023. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/1679-395120230024>. Acesso em: 9 abr. 2025.

SILVA, Michele Barros de Deus Chuquel da; MARTINS, Bianca Rocha; SIMIONI, Flávio José; BECEGATO, Valter Antonio. ECONOMIA SOLIDÁRIA E CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO NAS FEIRAS LIVRES DO MUNICÍPIO DE LAGES - SC. **Geoambiente On-line**, Goiânia, n. 51, 2025. Disponível em:

<https://revistas.ufj.edu.br/geoambiente/article/view/77016>. Acesso em: 9 mai. 2025.

SILVA, Sandro Pereira. **Da Economia social europeia à Economia Solidária latino-americana: trajetórias conceituais, práticas coletivas e diretrizes de políticas públicas**.

Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, mar. 2025. 41 p. (Texto para Discussão, n. 3092). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/16906>. Acesso em 9 abr. 2025.

SILVA, Sandro Pereira. **Economia Solidária e finanças de proximidade: realidade social e principais características dos empreendimentos de finanças solidárias no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2017. (Texto para Discussão, n. 2270). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7423>. Acesso em: 26 mai. 2025.

SILVA, Sandro Pereira. **Finanças solidárias no Brasil: caracterização, tipos organizacionais e suas dimensões estruturais**. In: SILVA, Sandro Pereira (org.). Dinâmicas da Economia Solidária no Brasil: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2020. ISBN 978-65-5635-013-4. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-013-4/cap4>. Acesso em: 26 mai. 2025

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. ISBN 85-86469-51-3.

SOUZA, Leandro Inanake de.; CRESPO, Flávio Luiz Simões; ROCHA, Francinalda Maria Rodrigues da; CRESPO, Maria de Fátima Vieira; LIMA, Rodrigo Alexandre de; Feira de Artesanato e Produtos da Agricultura Familiar: um processo dialógico de organização socioeconômica. In: **VI Congreso Internacional de Agroecología**, 2016, Vigo – Espanha.

VACCARO, Stefania Becattini; PEREIRA, José Roberto; PARENTE, Cristina. Interpretações sociológicas do trabalho decente na economia social e solidária. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 1, p. e20230240, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395120230240>. Acesso em: 5 abr. 2025.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Tradução de Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2001.